

Ibitermo S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	9
Balço patrimonial	12
Demonstração do resultado	13
Demonstração dos resultados abrangentes	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstração dos fluxos de caixa	16
Demonstração do valor adicionado	17
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	18

Relatório da Administração 2022

Cumprindo os preceitos legais e disposições estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Ibiritermo S.A. (Ibiritermo) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

MENSAGEM DA DIRETORIA

A Ibiritermo S.A. (“Ibiritermo”) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 27 de junho de 2001, tendo como objeto social o desenvolvimento, construção, propriedade, operação, manutenção e exploração da Usina Termelétrica Ibirité (UTE Ibirité), com capacidade de instalada de 226 MW localizada no Município de Ibirité, Estado de Minas Gerais.

A empresa atingia os seus objetivos através do Contrato de Conversão de Energia da UTE Ibirité denominado como “ECC” - *Energy Conversion Contract* ou “*Contrato de Arrendamento*”, firmado com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) em 21 de junho de 2002, sendo que a Petrobras era a tomadora (*offtaker*) da Usina e a comercializava por intermédio da Petrobras Comercializadora de Energia, que liquidava contratos comerciais com seus clientes na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE.

Em 31 de maio de 2022, a Petrobras formalizou a opção de aquisição da participação acionária da EDISON S.p.A. (50%) na sociedade Ibiritermo pelo preço de R\$ 1,00, conforme previsto no Contrato de Conversão de Energia (ECC - *Energy Conversion Contract*). Adicionalmente, na conclusão da transação, o ECC foi encerrado com a transferência da Usina Termelétrica Ibirité (UTE Ibirité) para a Petrobras. A Petrobras já possuía a participação de 50% na Ibiritermo S.A.

Em 18 de agosto de 2022, após a conclusão da transação, a Petrobras passou a deter 100% de participação acionária na sociedade Ibiritermo e a propriedade exclusiva da UTE Ibirité. Portanto, a Ibiritermo se tornou uma subsidiária integral da Petrobras, sem estrutura associada, considerando o término do contrato de ECC. Desde então, a Ibiritermo e a Petrobras vêm adotando as medidas necessárias para o encerramento da empresa.

Sob a ótica financeira, alcançamos em 2022 um fluxo de caixa operacional de R\$ 88.152 mil frente à R\$ 116.060 mil em 2021, considerando o encerramento do contrato de ECC em agosto de 2022.

Tendo em vista a geração de caixa e o resultado auferido, a Diretoria Executiva da Ibiritermo está propondo o encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas a

distribuição de R\$ 816 mil em dividendos, com previsão de pagamento para o dia 15 de maio de 2023.

ASG - AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

As boas práticas de governança corporativa e *compliance* constituem um pilar de sustentação para os nossos negócios. Assim, assumimos compromissos em nossa estratégia com base nas boas práticas adotadas pela controladora Petrobras, que se traduzem em assegurar um modelo de governança que permita o equilíbrio entre eficiência e controle; e atuar de forma íntegra e transparente, com tolerância zero à fraude e à corrupção.

Nossa estratégia inclui o permanente compromisso de respeito aos direitos humanos, cuja intenção é o olhar cuidadoso que temos com nossos públicos, bem como os princípios éticos e compromissos de conduta que percorre nossas relações, vêm permitindo o desenvolvimento de uma cultura de integridade, com o fortalecimento dos nossos controles internos e de nossa governança corporativa.

A segurança e o compromisso com a vida são valores sólidos em nossa empresa e considerados em todas as nossas decisões.

O respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente, a ética e transparência são nossos valores, assim como a orientação ao mercado, resultados, superação e confiança.

A situação atual reforça a importância dos nossos pilares estratégicos, que devem continuar a serem seguidos ainda com mais foco. Continuaremos atuando com a redução de custos e respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança, contribuindo positivamente para a Acionista Petrobras e para a sociedade.

Todas nossas conquistas ao longo de 2022 são resultado de muito afinho e trabalho árduo e elas seriam impossíveis sem o pleno empenho e dedicação de nossos colaboradores.

Gostaríamos de destacar, nosso reconhecimento à Acionista Petrobras pelo importante papel e contínuo apoio à execução da nossa estratégia.

Convidamos todos vocês a conhecer as Demonstrações Financeiras do exercício de 2022 da Ibiritermo.

ASPECTOS OPERACIONAIS

A IBIRITERMO seguiu empenhada no processo de regularização fundiária que envolve as áreas cedidas em comodato (2005, 2011, 2018 e 2022), que vêm sendo utilizadas pela comunidade localizadas no Cinturão Verde (barreira vegetal advinda de condicionante ambiental da Licença de Instalação).

Esse trabalho se estendeu durante o ano de 2022 evidenciando o compromisso da empresa com o meio ambiente.

Aspectos relacionados ao monitoramento periódico da área de propriedade da Ibiritermo foram contemplados nesse processo, com vista a aprimorar os mecanismos de defesa do patrimônio da empresa, inclusive da área vegetada.

A Ibiritermo era a proprietária de uma área de terras de aproximadamente 30,9 hectares no município de Ibité, sendo 10,3 hectares correspondentes à planta industrial.

Considerando o encerramento do Contrato de ECC, em 19 de setembro de 2022, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD) formalizou a transferência da titularidade da Licença de Operação da UTE Ibité para a Petrobras.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

A situação financeira da Ibiritermo permitiu o pagamento de dividendos intercalares aos seus acionistas em 2022, em alinhamento com o seu planejamento anual, permitindo ainda o pagamento de R\$ 816 mil de dividendos adicionais, do lucro auferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Maiores detalhamentos encontram-se nas Notas Explicativas em destaque nas Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

Lucro líquido atribuível à acionista Petrobras

O lucro líquido em 2022 foi de R\$ 24.625 mil, comparado ao Lucro de R\$ 23.163 mil em 2021. Esse resultado se deve principalmente à receita do Contrato de ECC relativo ao período de 01 de janeiro de 2022 até o seu encerramento em 18 de agosto de 2022.

Resultado Bruto das Operações Financeiras

O encerramento do Contrato de ECC em 18 de agosto de 2022, ocasionou a redução das receitas de variações monetárias sobre a receita do referido Contrato de arrendamento no ano de 2022 em comparação ao exercício de 2021.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Nossa Política de Remuneração aos Acionistas tem como princípios, dentre outros, estabelecer as regras e procedimentos relativos à distribuição de proventos por meio de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), de maneira transparente e de acordo com as normas legais, estatutárias e demais regulamentos internos, buscando garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto e médio prazos e promover a previsibilidade do fluxo de pagamentos de proventos aos acionistas.

Como previsto na Política, a decisão de distribuição de dividendos e/ou demais proventos do exercício social de 2022, levou em consideração diversos fatores e

variáveis, tais como os nossos resultados, condição financeira, necessidades de caixa, além das perspectivas futuras.

Considerando o Lucro Líquido apurado em 31 de dezembro de 2022, está sendo encaminhada para a apreciação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2023 a proposta de pagamento de remuneração a nossa acionista, em forma de dividendos adicionais, no montante de R\$ 816 mil, tendo em vista o pagamento de dividendos intermediários aprovados e pagos às acionistas em 2022.

A Política de Remuneração aos Acionistas pode ser acessada pela internet em nosso site www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/participacoes-societarias/.

VISÃO PROPÓSITOS E VALORES

Apresentamos abaixo nossa Visão e Propósito, assim como nossos Valores que foram reafirmados:

"Uma empresa de arrendamento de ativos em energia rentável"

- Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente;
- Ética e transparência;
- Superação e confiança; e
- Resultados.

GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES

A gestão de riscos representa uma peça importante para o atingimento das metas estabelecidas no Plano Estratégico da empresa (curto prazo), pois busca identificar, medir e desdobrar ações de resposta aos riscos de forma a mitigar seus eventos e efeitos, aumentando a chance de sucesso na realização do nosso planejamento do encerramento da empresa.

Anualmente, levando em consideração a matriz de riscos corporativos da Ibiritermo e a estratégia da empresa, são definidos aqueles riscos que devem ser reportados prioritariamente à Administração, passando a ser conhecidos como "Riscos Estratégicos". A seleção dos Riscos Estratégicos é realizada levando em consideração sua importância para a implementação do Plano Estratégico da empresa, sua abrangência, seu grau de severidade e/ou recursos demandados para seu tratamento.

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Programa Compromisso com a Vida

O Programa Compromisso com a Vida, cuja adoção do primeiro ciclo desdobrado pela controladora Petrobras ocorreu em outubro de 2016. É composto por modelos estruturantes definidos com base na análise crítica da gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), com referência nas melhores práticas desdobradas pela Petrobras às suas participações societárias, buscando o fortalecimento da nossa visão e valores, tendo como base os seguintes princípios:

- _ SMS como valor,
- _ Respeito à Vida,
- _ Gestão Baseada em Risco,
- _ Excelência e Transparência no Desempenho.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Ibiritermo possui a Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários:

- Diretoria Executiva;
- Conselho Fiscal com funcionamento permanente;
- Comitê de Auditoria Estatutário compartilhado com a controladora; e
- Comitê de Elegibilidade compartilhado com a controladora.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em 08 de agosto de 2022 foi celebrado o contrato com a empresa KPMG Auditores Independentes (KPMG), responsável pela prestação de serviços de auditoria independente no exercício social de 2022.

Os serviços prestados pelos nossos auditores são analisados e aprovados pelo Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras - CAECO. Os Auditores Independentes confirmam anualmente por escrito sua independência ao CAECO.



AGRADECIMENTOS

Nós registramos os nossos agradecimentos e reconhecimento aos nossos colaboradores, acionista e parceiros pela confiança e empenho durante o ano de 2022.

Ibirité/MG, 24 de abril de 2023.

Aline Dias Leonardi
Diretora Presidente
(assinado eletronicamente)

Marcelo Ferreira Pelegrini
Diretor Administrativo
(assinado eletronicamente)



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Acionistas

Ibiritermo S.A.

Ibirité - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ibiritermo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ibiritermo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Término do Contrato do ECC

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº2.2 às demonstrações financeiras, que descreve que o contrato de arrendamento financeiro da Usina Termelétrica de Ibitaré foi encerrado em 18 de agosto de 2022 e a partir dessa data a operação da Companhia (arrendador) foi encerrada e a arrendatária do contrato tornou-se responsável em honrar os passivos da Companhia. Em decorrência desse assunto, a base contábil de continuidade operacional não é apropriada. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

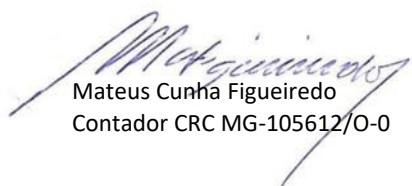
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

Ibiritermo S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais

ATIVO		31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO		31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.657	52.721	Empréstimos e financiamentos		10	-
Arrendamento mercantil faturado	5	-	11.372	Fornecedores		221	42
Arrendamento mercantil a faturar	5	-	45.845	Obrigações trabalhistas		1	463
Contas a receber de partes relacionadas	10	953	-	IRPJ e CSLL a recolher	6	2	7.289
Impostos a recuperar	13	618	-	Demais Impostos e contribuições a recolher	6	12	1.373
Demais ativos circulantes		-	16	Dividendos a pagar	10	-	12.000
Total do ativo circulante		10.228	109.954	Outros passivos circulantes		-	77
				Valores a pagar a partes relacionadas	10	-	2.262
Não circulante				Total do passivo circulante		246	23.506
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Demais ativos não circulantes		-	13	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	14.307
Imobilizado		13	208				
Total do ativo não circulante		13	221	Total do passivo não circulante		-	14.307
				Patrimônio líquido			
Total do ativo		10.241	110.175	Capital social	11	7.649	7.649
				Reserva de lucros	11	2.346	64.713
				Total do patrimônio líquido		9.995	72.362
				Total do passivo e Patrimônio líquido		10.241	110.175

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ibitermo S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais

		<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita Operacional			
Receitas operacionais sobre o arrendamento mercantil		29.835	-
Resultado bruto operacional	5	<u>29.835</u>	<u>-</u>
Juros sobre arrendamento mercantil	5	2.516	15.239
Resultado financeiro operacional		<u>2.516</u>	<u>15.239</u>
Outros resultados financeiros			
Receitas financeiras	14	3.902	1.519
Despesas financeiras		(124)	(1)
Variações monetárias sobre arrendamento mercantil	5	326	6.735
Variações cambiais sobre arrendamento mercantil, líquidas	5	(418)	157
Outras variações cambiais líquidas		-	(69)
Resultado bruto das operações financeiras		<u>6.202</u>	<u>23.580</u>
Outras receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	7	(7.177)	(7.059)
Depreciação e amortização		(21)	(35)
Impostos, taxas e contribuições		(554)	(1.018)
Outras receitas (despesas) operacionais	5	8.805	18.588
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>37.090</u>	<u>34.056</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	9	(26.772)	(38.719)
Diferido	9	14.307	27.826
Lucro líquido do exercício		<u><u>24.625</u></u>	<u><u>23.163</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ibitermo S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	<u>24.625</u>	<u>23.163</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	<u><u>24.625</u></u>	<u><u>23.163</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ibiritermo S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais

	Capital Social			Reserva de Lucros			Lucros Acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Total	Lucros a realizar	Reserva Legal	Dividendo adicional proposto		
Em 31 de dezembro de 2020	7.652	(3)	7.649	52.020	1.530	60.000	-	121.199
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	23.163	23.163
Dividendos do exercício anterior pagos	-	-	-	-	-	(60.000)	-	(60.000)
Dividendos intermediários aprovados (R\$1,57 por ação integralizada)	-	-	-	-	-	-	(12.000)	(12.000)
Dividendos propostos (R\$8,26 por ação integralizada)	-	-	-	(52.020)	-	63.183	(11.163)	-
Em 31 de dezembro de 2021	7.652	(3)	7.649	-	1.530	63.183	-	72.362
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	24.625	24.625
Dividendos do exercício pagos 11	-	-	-	-	-	-	(23.516)	(23.516)
Atualização monetária de antecipação de dividendos	-	-	-	-	-	-	(293)	(293)
Dividendos do exercício anterior pagos 11	-	-	-	-	-	(63.183)	-	(63.183)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	816	(816)	-
Em 31 de dezembro de 2022	7.652	(3)	7.649	-	1.530	816	-	9.995

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ibitermo S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Dez/22	Dez/21
Lucro líquido do exercício	24.625	23.163
Ajustes por:		
Variações cambiais sobre arrendamento mercantil	5 418	(157)
Variações monetárias sobre arrendamento mercantil	5 (326)	(6.735)
Juros sobre arrendamento mercantil	5 (2.516)	(15.239)
Variações cambiais sobre outras contas	-	69
Depreciação e amortização	21	35
IRPJ e CSLL Diferido	9 (14.307)	(27.826)
IRPJ e CSLL Corrente	26.772	-
Atualização monetária antecipação de dividendos	(293)	-
Resultado na alienação de imobilizado	(360)	-
	34.034	(26.690)
Varição no capital circulante		
Arrendamento mercantil faturado - parte relacionada	11.372	(628)
Recebimento principal - arrendamento mercantil	5 44.059	73.684
Recebimento de encargos financeiros - arrendamento mercantil (juros recebidos)	5 4.210	31.295
Contas a Receber - Partes Relacionadas	10 (953)	-
Impostos a recuperar	(618)	-
Outros ativos circulantes e não circulantes	32	(3)
Fornecedores	179	23
Impostos, taxas e contribuições	(1.361)	38.866
Outros passivos circulantes e obrigações trabalhistas	(539)	(758)
Valores a pagar partes relacionadas	(2.262)	271
	88.153	116.060
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(34.061)	(38.913)
	54.092	77.147
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Baixas de imobilizado e intangível	533	-
	533	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	11 (98.699)	(78.000)
Empréstimos	10	-
	(98.689)	(78.000)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(44.064)	(853)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	52.721	53.574
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	8.657	52.721
	(44.064)	(853)

Ibitermo S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais

		Dez/22	Dez/21
Receitas			
Juros sobre arrendamento mercantil	5	2.516	15.239
Receitas operacionais sobre o arrendamento mercantil		<u>38.640</u>	<u>18.588</u>
		41.156	33.827
Insumos adquiridos de terceiros			
Serviços prestados por terceiros	7	(2.229)	(2.644)
Gastos administrativos	7	(285)	(763)
Valor adicionado bruto		<u>38.642</u>	<u>30.420</u>
Depreciação e Amortização		(21)	(35)
Valor adicionado líquido		<u>38.621</u>	<u>30.385</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		3.809	8.411
Valor adicionado para distribuição		<u>42.430</u>	<u>38.796</u>
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Salários	7	(3.663)	(2.395)
Benefícios		(293)	(435)
F.G.T.S.		<u>(711)</u>	<u>(122)</u>
		(4.667)	(2.952)
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		(12.714)	(12.348)
Estaduais		(6)	(6)
Municipais		<u>(294)</u>	<u>(327)</u>
		(13.014)	(12.681)
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		<u>(124)</u>	-
		(124)	-
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos		(23.809)	(23.163)
Lucros retidos		<u>(816)</u>	-
		(24.625)	(23.163)
Valor adicionado total distribuído e retido		<u>(42.430)</u>	<u>(38.796)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Ibiritermo S.A. (“Ibiritermo” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado criada em 27 de junho de 2001, tendo como objeto social o desenvolvimento, construção, propriedade, operação, manutenção e exploração de uma central termelétrica no Município de Ibirité, Minas Gerais. A Companhia fez parte do PPT - Programa Prioritário de Termoeletricidade do Governo Federal, cuja capacidade de geração de energia fica disponibilizada sob demanda, definida pelo ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Até agosto/22, a Companhia atingia os seus objetivos através do “ECC” (*Energy Conversion Contract*) assinado com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), que previa o pagamento mensal pela disponibilização da planta, o que representava seu faturamento independente da geração de energia. O pagamento era calculado baseado em uma tarifa acordada entre as partes de forma a cobrir todos os custos e despesas da Companhia, em conformidade com o referido contrato (*Project Finance*).

O ECC celebrado com a Petrobras S.A. possuía essência econômica sendo compatível com as características de arrendamento mercantil financeiro, uma vez que transferia para o arrendatário o controle e acesso, os riscos e os benefícios de uso da planta. Desta forma, a Companhia, como arrendadora, reconheceu o saldo a receber relativo ao arrendamento mercantil financeiro e baixou o seu ativo imobilizado. O contrato de ECC foi encerrado em 18 de agosto de 2022.

Em 2012 a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), através da Resolução 506/12, determinou - dentre outros assuntos - que a propriedade das instalações de interesse sistêmico ao Sistema de Distribuição (Subestação, Barramento, Instalações de Proteção, Comando e Controle) deve ser transferida para a concessionária de distribuição de energia acessada. A Usina é operada pela Petrobras, sob denominação de Usina Termelétrica de Ibirité e, com base nos termos e condições do contrato de arrendamento anteriormente mencionado, a concessionária (distribuidora) que deverá receber os ativos é a CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais).

Essa transferência está em fase de estudos junto à CEMIG, visando o atendimento daquela Resolução. Com o encerramento do ECC em 18 de agosto de 2022, o tema está sendo tratado pela Petrobras. A Administração não espera impactos contábeis relevantes em decorrência deste assunto uma vez que tais ativos foram baixados quando da contabilização dos recebíveis do contrato de arrendamento.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas conforme Nota explicativa 3 – Sumário das principais práticas contábeis.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 24 de abril de 2023.

2.1 Moeda funcional e transações e saldos em moeda estrangeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. A Companhia elaborou um estudo baseado no ambiente econômico em que está inserida, considerando como fator chave seu fluxo financeiro, e concluiu que o real é a sua moeda funcional. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2 Continuidade operacional

Término do contrato de ECC

Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia atingia seus objetivos através do “ECC” (*Energy Conversion Contract*) assinado com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), que prevê o pagamento mensal pela disponibilização da planta. Este contrato constituía a única fonte de receita da Companhia.

O ECC previa inicialmente uma vigência de 20 anos com seu término previsto para 31 de maio de 2022. Durante o processo de transmissão das Ações, foi celebrado o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Conversão de Energia “ECC”, cujo objeto foi a postergação do prazo do ECC até o fechamento da Transferência de Ações de acordo com as condições estabelecidas no Contrato de Compra e Venda de Ações (“CCVA”) e o Termo de Consolidação do Compromisso de Transferência da Usina (“TCT”), também celebrado em 31 de maio de 2022, em vigor a partir de 1º de junho de 2022 e com término na Data de Fechamento, conforme previsto no CCVA, ocorrido em 18 de agosto de 2022.

Durante a vigência deste Aditivo, a PETROBRAS pagou à Ibiritermo os Pagamentos Mensais, de acordo com as seções 15 e 16 do ECC, sendo a Tarifa aplicável a mesma do mês de maio de 2022, podendo ser *pro rata die* dependendo da data em que o Prazo do ECC efetivamente se expirar.

Com o término do referido Acordo, a Petrobras S.A. assumiu o controle integral da Companhia e também adquiriu seus ativos, conforme previamente estipulado pelo ECC pelo valor simbólico de R\$1,00. Desse modo, a partir da transferência das ações e da transferência da Usina mencionados acima, a Petrobras S.A., como controladora, irá respaldar a Companhia no cumprimento de suas obrigações financeiras, caso se faça necessário. Neste sentido, a partir da conclusão dos atos previstos no CCVA e TCT, a Companhia permanece sem operações e não há planos de a Administração retomar as operações da Companhia em um futuro previsível.

Conforme mencionado nas notas explicativas 1 e 2.2, a Administração tem a intenção de cessar os negócios da entidade com o fim do ECC, portanto, as demonstrações financeiras não estão sendo elaboradas na base da continuidade operacional. A Administração transformou a Companhia em uma entidade dormente. Portanto, ao elaborar essas demonstrações financeiras, a Administração considerou os impactos na realização dos seus ativos não financeiros de acordo com o CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos e dos seus ativos financeiros de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros e sobre o cumprimento de certas obrigações pelos valores reconhecidos de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação.

As demonstrações financeiras foram elaboradas levando em consideração que o pressuposto de continuidade não é apropriado e, portanto, elas devem ser lidas nesse contexto.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis adotadas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não foram emitidas políticas, interpretações ou alterações de políticas em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022 com impacto relevante para a Companhia.

2.5 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. A provisão para o imposto de renda corrente é calculada à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% quando acima dos limites específicos. A provisão para a contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9%, sobre valores ajustados conforme legislação específica. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras. Os

impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

2.6 Distribuição de dividendos

A Companhia, baseada em seu fluxo de caixa, distribui dividendos intermediários. Caso os dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas sejam superiores ao valor antecipado, esta diferença é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Os dividendos adicionais propostos pela Diretoria Financeira e aprovados pelo Conselho de Administração somente são provisionados como passivo após serem aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, atendendo o critério de obrigação presente.

2.7 Benefícios a empregados

Benefício a empregados é toda a forma de compensação proporcionada pela entidade a seus empregados em troca de seus serviços prestados. Os benefícios concedidos pela Companhia enquadram-se na definição de benefício a curto prazo a empregado que, por definição incluem, entre outros: salários e contribuições para a previdência social. Adicionalmente, a Companhia oferece a seus empregados um plano de contribuição definida (Plano Termoprev - Ibitermo) o qual é administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

2.8 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem: receita de juros (oriundos, principalmente, de arrendamentos e aplicações financeiras); e despesas financeiras (oriundos, principalmente de tarifas bancárias). A receita e a despesa de juros, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de operacionais. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: valor contábil bruto do ativo financeiro; ou ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial (quando aplicável). Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

2.9 Novas normas e interpretações

International Accounting Standards Board (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2022.

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts</i>	O IFRS 17 substitui o IFRS 4 - <i>Insurance Contracts</i> e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados, por emissores de contratos de seguros e resseguros no escopo da norma, e para contratos de resseguros mantidos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.
<i>Disclosure of Accounting Policies – Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2</i>	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 <i>Presentation of Financial Statements</i> estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda prevê orientações para determinar tal materialidade.	1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva para as emendas ao IAS 1.
<i>Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8</i>	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de “mudança na estimativa contábil” deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo “estimativas contábeis”: valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva.
<i>Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction– Amendments to IAS 12</i>	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 <i>Income Taxes</i> de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.
<i>Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16</i>	Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants- Amendments to IAS 1</i>	<p>As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte.</p> <p>Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.</p> <p>Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas <i>covenants</i>.</p>	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores.

3.1 Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

3.2 Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões decorrentes do curso normal das suas operações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 8.

3.3 Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa nº 9.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	-	100
Aplicações financeiras	8.657	52.621
	<u>8.657</u>	<u>52.721</u>

Os saldos de caixa e bancos da Companhia e as aplicações financeiras são classificados como Caixa e equivalentes de caixa.

O saldo do Caixa e equivalentes de caixa é oriundo das atividades operacionais da Companhia. As aplicações financeiras possuem liquidez diária, estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor e estão apresentadas com base nos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos de aproximadamente 100% do CDI - Certificados de Depósitos Interbancários que representam o seu valor justo na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2022, a aplicação financeira está concentrada no Banco Santander no montante de R\$8.657 (R\$ 52.621 em 31 de dezembro de 2021). A movimentação observada refere-se principalmente a pagamento de dividendos e obrigações de curto prazo.

5 Arrendamento mercantil

O arrendamento mercantil é composto como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamento faturado – Petrobras (a)	-	11.372
Arrendamento a faturar – Petrobras (b)	-	45.845
Total Circulante	-	57.217
Total	-	57.217

(a) Arrendamento faturado - Petrobras - Refere-se ao valor a receber mensal previsto no contrato ECC (Nota 1), acrescido de reembolso de impostos incidentes sobre a receita e gastos administrativos e possui prazo de vencimento de aproximadamente 20 dias úteis, referente à disponibilização da planta para a Petrobras. O saldo apresentado refere-se a uma parcela a receber nos respectivos períodos apresentados acima.

(b) Arrendamento a faturar - Petrobras - Refere-se ao contrato ECC, reconhecido como arrendamento mercantil no balanço, o qual representa o valor presente dos recebimentos mínimos futuros previstos no contrato ECC.

A movimentação no período findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é apresentada como segue:

Arrendamento mercantil a faturar	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	45.845	128.693
Juros sobre arrendamento	2.516	15.239
Outras receitas operacionais sobre arrendamento mercantil (a)	29.835	-
Amortização das outras receitas incorridas no exercício	(29.835)	-
Variações cambiais sobre arrendamento, líquidas	(418)	157
Variações monetárias sobre arrendamento	326	6.735
Receita financeira recebida (juros recebidos)	(4.210)	(31.295)
Amortização da parcela principal	<u>(44.059)</u>	<u>(73.684)</u>
Saldo final	<u>-</u>	<u>45.845</u>

(*) Este saldo é atualizado pelo Índice Geral de Preços para o Mercado (IGP-M).

(a) Outras Receitas: Refere-se ao aditivo do contrato de ECC. O contrato foi encerrado em Maio, porém a conclusão da aquisição da Petrobras ocorreu apenas em 18/08/2022.

A Companhia não possui valores residuais não garantidos que resultem em benefício para a mesma no final do contrato de ECC.

Os valores dos impostos, gastos reembolsáveis e outros itens registrados no resultado, na rubrica “Outras receitas operacionais, líquidas” em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são apresentados como seguem:

	31/12/2022	31/12/2021
Reembolso de impostos incidentes sobre a receita	5.816	12.595
Impostos incidentes sobre a receita	(5.816)	(12.595)
Reembolso de gastos administrativos	8.789	18.588
Outros	<u>16</u>	<u>-</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>8.805</u>	<u>18.588</u>

O reembolso de impostos incidentes sobre a receita e reembolso de gastos administrativos são contabilizados pelo regime de competência, eliminando o efeito dos mesmos sobre o resultado. A apuração do valor reembolsado era efetuada com base na estimativa de despesas considerada no cálculo inicial do valor presente do arrendamento. A referida estimativa sofria variação cambial do Dólar Norte Americano, do Euro e a variação do IGP-M do ECC até o encerramento do contrato durante o exercício de 2022.

5.1 Prática contábil

A classificação contábil das operações de arrendamento mercantil operacional tem como base normativa o CPC 06 (R2), a partir de 1º de janeiro de 2019.

Os passivos de arrendamento, incluindo aqueles cujos ativos subjacentes de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados à taxa incremental nominal sobre empréstimos da Companhia, visto que as taxas de juros implícitas

nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como dos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento.

Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

6 Tributos sobre o lucro e demais impostos, taxas e contribuições

Os impostos, taxas e contribuições apresentado no balanço é como segue:

	31/12 /2022	31/12/2021
IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica	-	5.010
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	2.279
Total dos tributos incidentes sobre o lucro	<u>2</u>	<u>7.289</u>
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	-	538
PIS - Programa de Integração Social	-	116
Impostos sobre contrato C.E.O. *	-	613
Outros	<u>12</u>	<u>106</u>
Total dos demais impostos e contribuições a recolher	<u>12</u>	<u>1.373</u>
Total dos impostos, taxas e contribuições	<u>12</u>	<u>8.662</u>

(*) Refere-se ao PIS, COFINS, ISS e CIDE sobre a contratação do CEO da Edison.

A Companhia, baseada na interpretação do contrato ECC, adotou durante a sua vigência o regime de não cumulatividade (9,25%) para fins de tributação do PIS e COFINS, que foram pagos com base no faturamento mensal do contrato ECC.

7 Despesas administrativas

As despesas administrativas registradas nas demonstrações de resultado para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são apresentadas como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(3.663)	(2.395)
Serviços contratados	(2.229)	(2.644)
Gastos com projetos sociais	(89)	(1.177)
Encargos Sociais	(1.020)	(603)
Demais despesas administrativas operacionais	<u>(176)</u>	<u>(240)</u>
Total das despesas administrativas	<u>(7.177)</u>	<u>(7.059)</u>

8 Contingências

8.1 Tributária

A Companhia não apresenta em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 nenhum saldo de provisão para cobrir possíveis perdas uma vez que, com base em opinião de seus assessores legais, não existem demandas judiciais que irão requerer uma provável saída de caixa. Em 31 de dezembro de 2021 havia uma contingência de natureza tributária no montante de R\$722. Em 31 de dezembro de 2022 este processo encontra-se transitado em julgado com desfecho totalmente favorável à Ibiritermo.

8.2 Ambiental

A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2022 uma contingência no montante de R\$48 referente à obtenção ou manutenção de Licença / Autorização Ambiental no qual já foram apresentadas as defesas necessárias em 2019 e ainda não houve decisão judicial para encerramento do processo.

8.3 Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Ativos e Passivos contingentes não são reconhecidos. No entanto, passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 não há saldo de imposto diferido, pois não constam na apuração diferenças temporárias para tal reconhecimento. Em 31 de dezembro de 2021, a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue, com sua total reversão em 2022:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	(14.307)
Adições e exclusões temporárias	42.079
Alíquota	34%
IRPJ e CSLL	14.307
Realização de IRPJ e CSLL	(14.307)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-

Prática contábil

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o conglomerado Petrobras, que anualmente é aprovado pela Diretoria. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros.

b. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação entre o imposto de renda e contribuição social nominal com o efetivo registrado no resultado é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	37.089	34.055
Aliquota do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominais	(12.610)	(11.579)
Deduções por Incentivos Fiscais – Doações	99	1.106
Diferenças permanentes	47	(420)
Total imposto de renda e contribuição social apurados	(12.464)	(10.893)
Corrente	(26.772)	(38.719)
Diferido	14.307	27.826
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(12.464)	(10.893)

10 Transações com partes relacionadas

a. Saldos e transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são apresentadas da seguinte forma:

	31/12/2022	
	Nota	Petrobras
Ativos e Passivos:		
Arrendamento mercantil faturado	5	-
Contrato CCCD		109
Reembolso diretoria		6
Capital a integralizar		3
Valores a receber - partes relacionadas (i)		953
Resultados financeiros:		
Juros sobre arrendamento mercantil	5	2.516
Outras receitas operacionais sobre o arrendamento mercantil, líquidas	5	29.835

Variações cambiais e monetárias, líquidas, sobre arrendamento financeiro 5 (418)

	31/12/2021	
	Nota	Petrobras
Ativos e passivos:		
Arrendamento mercantil faturado	5	11.372
Arrendamento mercantil a faturar	5	45.845
Capital a integralizar	11	3
Valores a pagar - partes relacionadas (i)		732
Contratos CEO/CFO/COO		2.262
Dividendos intermediários a pagar - partes relacionadas		6.000
		31/12/2021
Resultados financeiros:		
Juros sobre arrendamento mercantil	5	15.239
Variações cambiais sobre arrendamento, líquidas	5	157
Variações monetárias sobre arrendamento	5	6.735

- (i) Valores a pagar - partes relacionadas - Petrobras/Edison SpA: referem-se à disponibilização da mão-de-obra dos dirigentes.

As transações com partes relacionadas são realizadas com base em condições negociadas entre a Companhia e seus acionistas em consonância com o *Project Finance* relacionado ao estabelecimento do ECC (Nota 1). Todas as transações entre partes relacionadas decorrentes do referido *Project Finance* foram firmadas em condições de mercado na ocasião de sua negociação.

b. Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração e encargos anuais dos dirigentes, pessoas-chave da Administração da Companhia, classificada como benefícios de curto prazo, foi de R\$ 566 para o período findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.385 em 31 de dezembro de 2021).

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social está representado por 7.651.814 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, como segue:

	%	Quantidade de ações		
		Participação	Total	Integralizado
Acionista				
Petrobras	100	7.651.814	7.648.762	3.052

7.651.814	7.648.762	3.052
-----------	-----------	-------

O capital a integralizar remanescente em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$3 refere-se a uma área de 442 m² que se encontra em processo judicial de usucapião.

b. Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2022 e dezembro de 2021, a reserva está constituída até o limite legal de 20% do capital social (R\$1.530).

c. Dividendos

Até 31 de dezembro de 2022 houve a destinação de R\$ 5.025 do lucro do período com a saída da Edison da sociedade.

A Companhia pagou aos acionistas até 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 75.183 (Ata de 11/02/2022) relativo aos Dividendos do exercício anterior e R\$ 18.491 (Ata de 12/12/2022) relativo aos dividendos do exercício atual além da destinação de R\$ 5.025 (Ata de 14/07/2022).

d. Reservas de lucros a realizar e lucros acumulados

	Reserva de lucros a realizar	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	52.020	-	52.020
Lucro líquido do exercício	11.163	-	11.163
Em 31 de dezembro de 2021	63.183	-	63.183
Lucro líquido do período	816	24.625	25.441
Dividendo intermediário aprovado	-	(23.516)	(23.516)
Atualização monetária antecipação de dividendos		(293)	(293)
Dividendos adicionais propostos	(63.183)	(816)	(63.999)
Em 31 de dezembro de 2022	816	-	816

O saldo de Lucros de R\$816 em 31/12/2022 aguarda definição da Administração para destinação.

12 Benefícios a empregados

Em 31 de dezembro de 2022, as despesas com benefícios a empregados totalizam R\$ 4.675 (R\$2.126 em 2021) e referem-se substancialmente a salários, férias, 13º salário, encargos sociais. Nesse montante estão inclusas as contribuições da Companhia ao plano de contribuição definida para os empregados no valor de R\$113 (R\$162 em 12/2021) e a remuneração de dirigentes, descrita na Nota 10.b, no montante de R\$ 566.

Além dos benefícios acima, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou o pagamento do montante de R\$ 2.660 relativo às indenizações trabalhistas a pagar em função do desligamento em massa ao final do contrato de ECC, conforme Nota 2.2. Estas indenizações incluem as verbas rescisórias previstas em lei juntamente com um pacote de benefícios definidos no P.D.A. (Plano de Demissão Assistido). Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de maio de 2022 e prevê o pagamento de um bônus além do pagamento adicional dos atuais benefícios oferecidos a todos os seus funcionários (Auxílio Farmácia, Assistência Médica, dentre outros) por um prazo de 12 (doze) meses após o desligamento. O pagamento destes benefícios ocorreu em parcela única.

13 Impostos a recuperar

A empresa possui saldo de impostos a recuperar, conforme abaixo, com expectativa de recuperação em 2023, onde parte será compensada nos impostos recorrentes e o saldo remanescente deverá ser feita PERDCOMP com pedido de restituição.

IRPJ saldo negativo 2022 no montante de R\$ 406, onde R\$ 216 são oriundos de IRRF retido na aplicação financeira e R\$ 190 de retenções nas notas de débito emitidas.
PIS a compensar de R\$ 40 e COFINS de R\$ 171 oriundos de retenções nas notas de débito emitidas.

14 Outras Receitas Financeiras

As Receitas Financeiras da empresa são compostas quase em sua totalidade por rendimentos de aplicação financeira.

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de aplicação Financeira	3.608	1.519
Outras Receitas Financeiras*	293	-
	3.902	1.519

*Atualização Monetária sobre antecipação de dividendos 2022, conforme Ata da Diretoria Extraordinária em 09 de dezembro de 2022.

* * *

Diretoria Executiva

Aline Dias Leonardi
Diretora Presidente

Marcelo Ferreira Pelegrini
Diretor Administrativo

Responsável Técnico

Ricardo Rosati
CABRERA CONSULING ASSESSORES CONTÁBEIS
LTDA.
CRC-1SP220213/O-6
Contador (CRC 1SP220213/O-6)